CAMINHOS DE LUTA: EDUCAÇÃO AMBIENTAL E A EDUCAÇÃO DO CAMPO, UM ESTUDO DE CASO DA ESCOLA CLASSE KANEGAE – DF.

Marcela Burger Sotto-Maior
Universidade de Brasília
E-mail: mbsm.maior@gmail.com

Resumo:
A Educação do Campo no Brasil é mais do que uma modalidade, é parte de uma agenda de luta pela terra, território e condições materiais de vida. Buscou-se neste trabalho validar outras racionalidades e as relações com debates acerca de conceitos relevantes à Geografia como campo, questão agrária, relação sociedade e natureza, entendendo esses dois últimos não de forma dicotômica, mas sim como categorias inerentes uma a outra. Neste contexto, pretende-se discorrer acerca da importância das Escolas do Campo no Distrito Federal e a Educação Ambiental Crítica, tomando como ponto de partida a Escola Classe Kanegae e os desafios pedagógicos ao longo da pandemia. A análise tem cunho qualitativo, com desdobramentos em uma pesquisa-ação. Os resultados apresentados são de rodas de conversa, atividades e práticas pedagógicas entre os anos 2021 e 2022, como referência discorreremos sobre o lançamento do material gráfico feito pelos educandos e docentes, as mudanças no cotidiano escolar e o projeto político-pedagógico.

Palavras-chave: Educação do Campo; Educação Ambiental, Campo, Racionalidades.

Introdução

Ao longo da pandemia do Covid-19, o descaso com a educação e o espaço escolar tem sido cada vez mais evidente. Aula remota, vídeo aulas, falta de acesso à internet, estrutura precária para alunos e professores, reabertura das escolas particulares e invisibilidade das escolas públicas são fatores que nos mostram que a luta pela educação pública de qualidade, para todos e todas, continua sendo uma bandeira atual e pertinente. A pandemia trouxe também reflexões acerca de questões sanitárias, acesso e uso da água, descarte de máscaras e outros. Os desafios enfrentados no retorno às aulas presenciais e os temas que agora farão parte dos conteúdos discutidos em sala precisaram/precisam ser repensados, a educação ambiental pode ser a ponte para essas reflexões.

A mudança do paradigma das perspectivas da educação durante a pandemia colocou em cheque estratégias antes não imaginadas. Se, para escolas em áreas urbanas a discrepância na diferença da infraestrutura já é um desafio, imaginemos para escolas rurais e/ou do campo?

Neste trabalho pretende-se tratar dialogar com a Educação Ambiental (EA), numa vertente crítica e a realidade deste tema em escolas do campo no Distrito Federal no contexto pandêmico (recorte temporal de 2020-2021), apontando algumas estratégias da Escola Classe Kanegae, localizada na região administrativa do Riacho Fundo I - DF. Pretende-se discorrer como a Educação Ambiental é abordada e qual a importância do projeto de Educação do Campo no desenvolver da consciência ambiental crítica.

A escola em estudo atende do 1° ao 5° do Ensino Fundamental I, a mesma faz parte da pesquisa de doutorado no curso de Geografia da Universidade de Brasília. No entanto, para este artigo abordaremos apenas o recorte da perspectiva da Educação Ambiental e algumas estratégias durante a pandemia, que deram origem a um livro lançado com os esforços do corpo docente e com atividades dos próprios estudantes da escola. Acredita-se que o ensino de Geografia juntamente com a Educação Ambiental Crítica (EAC) e a Educação do Campo podem viabilizar um olhar mais abrangente dos estudantes para o mundo vivido, abrir caminhos para trocas de experiências transformadoras.

> Práticas pedagógicas de Educação Ambiental, pautadas na perspectiva do espaço dos indivíduos (no caso alunos e comunidade escolar), podem contribuir para que estes passem a ler e reler de forma crítica e reflexiva o seu lugar para, de modo coerente, pensarem o mundo na perspectiva da compreensão local/global e assim serem capazes de promover transformações desta realidade. (PEREIRA; VIÉGAS, 2019, p.2)

Essa tríade (Geografia/EAC/Educação do Campo) pode apontar para outras formas de trabalhar os conceitos de natureza, relação local/global entre outros, como demonstram Pereira e Viégas (2019). No caso da escola citada neste estudo, buscou-se observar, inicialmente, o olhar dos estudantes sobre o conceito de natureza, lugar e a percepção de coletividade; o *eu no mundo,* entendendo que ser humano e bens comuns (água, terra, ar) são indissociáveis, não há como dialogar com uma perspectiva crítica da EA separando de forma

dicotômica sociedade e meio ambiente, é preciso considerar o ambiente em sua totalidade com enfoques interdisciplinares (COSTA; LOUREIRO, 2013).

Para esta pesquisa foi utilizada análise qualitativa acerca da produção do conhecimento que envolve as escolas ditas como *DO* campo[1], concomitantemente a pesquisa-ação que tem sido feita desde 2019 sobre a temática. Buscou-se sistematizar teóricos, conceitos e práticas geográficas que envolvam a EA na escola em estudo, a fim de promover uma conexão dessas informações com observações da direção da escola, juntamente com a análise do Projeto Político-Pedagógico.

Os sujeitos da pesquisa são os profissionais e estudantes da Escola Classe Kanegae, inserida na modalidade de Educação do Campo. Foram feitas visitas à escola, no ano de 2021 e 2022, incluindo o evento de lançamento do material produzido pelos mesmos. Não tivemos envolvimento na construção do material produzido pela escola, livro instituído "*Para sobreviver é preciso cuidar*", porém fomos gentilmente convidados a participar do lançamento, recebemos um exemplar, e o mesmo foi um alicerce para desenvolver esta discussão acerca da EA e a escola do campo.

Após o lançamento do material debruçou-se então na reflexão dos desdobramentos que atividades como essa podem direcionar, além da relevância da formação continuada na qual as professoras ingressaram, como o Programa de Formação Escola da Terra, oferecido pela Secretaria de Educação em parceria com a UnB. Acredita-se nas conexões e diálogos com outras escolas do campo, que vivenciam uma experiência mais próxima de camponeses, e a troca que este projeto pode vir a proporcionar com uma abordagem da Educação Ambiental Crítica (EAC).

Alguns autores e autoras são fundamentais para essa discussão: Monica Castagna Molina, Roseli Salete Caldart que possuem uma vasta bibliografia sobre Educação do Campo desde o surgimento deste projeto como agenda de luta da reforma agrária, até a participação

[1] Escola do campo: A concepção de escola do campo nasce e se desenvolve no bojo do movimento da EDUCAÇÃO DO CAMPO, a partir das experiências de formação humana desenvolvidas no contexto de luta dos movimentos sociais camponeses por terra e educação. Trata-se, portanto, de uma concepção que emerge das contradições da luta social e das práticas de educação dos trabalhadores do e no campo. (MOLINA; SÁ, p. 324, 2012)

em cursos de formação continuada de professores do campo. Para o diálogo com o pensamento decolonial, o aporte teórico-conceitual do qual nos aproximamos baseia-se em Catherine Walsh, Anibal Quijano, Arturo Escobar, Ramon Grosfoguel. Acerca da Ecologia Política e Educação Ambiental Crítica utilizou-se Enrique Leff e as discussões de Carlos F. Bernardo Loureiro, Philippe Pomier Layrargues e Gustavo Ferreira da Costa Lima.

Dos recortes teóricos a prática docente: Desafios da pandemia e o retorno a Escola do Campo.

Se corroborarmos com a ideia de que há mais de um modelo de educação, não reproduzindo a generalização de que há apenas um único lugar onde ela possa acontecer como aponta Brandão (1981, p.4), nos abrimos para o exercício de compreender outras racionalidades, as diferentes formas do pensar, do sentir, do fazer. Brandão (1981) considera a educação como uma fração do modo de vida dos grupos sociais que a criam, é por meio dela que as sociedades produzem e praticam sobre os códigos sociais de conduta, arte, tecnologia, religião e com as trocas entre homem e natureza.

Há uma necessidade por parte dos camponeses, movimentos sociais, homens e mulheres da terra de uma educação diferenciada, que cruze as demandas educacionais e as especificidades culturais e territoriais desses grupos. A educação apenas rural não atende necessariamente a essas questões, pois, dentro da legislação ela contempla o mesmo projeto político pedagógico hegemônico, apenas representado em espaços escolares localizados em área rural. Busca-se dialogar com uma educação que ultrapasse aos estereótipos da pessoa do campo, que reflita sobre a importância dos saberes geracionais; não convencionais e contra-hegemônicos.

Na zona rural, a educação reflete as lacunas sociais de projetos hegemônicos instituídos pela elite agrária brasileira, que pensa o campo como celeiro de *commodities*, e desvaloriza a importância de culturas e saberes locais. Refletem-se as feridas das veias abertas de uma América Latina, como lembra Galeano (1978), que foi exposta a genocídios, expropriações, que foi usurpada por uma elite predominante ao longo de toda a formação territorial brasileira.

O novo e o velho se confundem nos meandros dos projetos políticos para promover um campo que serve, e um urbano que consome. Os estereótipos do camponês, as violências contra a população campesina se tornam cada vez mais evidentes[2], reforçando a necessidade de pensar os sujeitos do campo a partir da individualidade e particularidades de cada localidade, incluindo o acesso a educação.

No Brasil, a educação como um todo tem passado por vários momentos de ruptura, principalmente no que tange às reformas e cortes de investimento. Neste contexto, a Educação do Campo tem sido negligenciada através de estratégias que também envolvem a questão agrária.

A Educação do Campo aparece institucionalizada a partir do PRONERA (Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária) em 1998 com a mobilização dos movimentos sociais e apoiadores. Em 2010, surge a partir deste programa o Decreto nº 7352 de 04 de novembro de 2010 que tange acerca das particularidades da Educação do Campo. O surgimento desta pauta caminha juntamente com a agenda de debates sobre a questão agrária brasileira. Não existe luta pela terra, sem falar dos direitos relacionados à educação, e não há educação sem condições materiais de reprodução da vida. Terra, água, território estão intrínsecos à produção do conhecimento. Justifica-se assim a necessidade de compreender os desafios e avanços político-sociais na busca pela libertação da produção do conhecimento.

No Distrito Federal são registradas 80 unidades escolares de Educação do Campo[3], em 10 Coordenações Regionais de Ensino diferentes, atendendo aproximadamente 25 mil estudantes, desde Educação Infantil, até o EJA e Educação Especial. No entanto, elas não atendem as mesmas realidades. Perguntamo-nos então: Quem são as pessoas atendidas pelo projeto de Educação do Campo? Sendo escolas do campo, como elas abordam temáticas relativas à questão ambiental? Como a Geografia pode trabalhar conceitos como campo;

[2] A Comissão Pastoral da Terra registrou apenas no ano de 2020 um total de 2.054 conflitos no campo a nível Brasil, envolvendo 914.144 pessoas. Do registro do campo, 1.608 era ocorrências de conflitos por terra. (CPT, p.21, 2021).

[3] Informação atualizada em 17 de maio de 2022, de acordo com o site da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF). Este número pode variar de acordo com as realidades das escolas e o público atendido por elas.

cidade; urbano e rural, dentro destas escolas? Essas e outras questões motivaram as reflexões aqui postas.

A indagação sobre os formatos da Educação do Campo transcende ao processo de aprendizagem, na práxis se projetam horizontes de luta que resgatam a formação do ser humano, no que tange à racionalidade preestabelecida, é o diálogo de seres e saberes (LEFF, 2009), é um projeto outro de país, de mundo. A operação de poder sobre o currículo está ligada às políticas e instituições sobre quem ensina e como ensinam, por isso há uma busca por formas outras de produção do conhecimento, estabelecidas para/pelos que lutam pela terra-território-água e justiça social. Busca-se aqui apresentar a realidade de uma escola que almeja romper com os paradigmas da educação unilateral, engessada de verdades e padrões, trazendo a oportunidade da troca de saberes, da autoafirmação sociocultural dos indivíduos.

Romper com os padrões da educação tradicional pode começar com pequenos passos, promover espaços de debate sobre a questão ambiental, ver o indivíduo como parte do todo no ecossistema. Layrargues e Lima (2014) citam Loureiro e Laryargues (2001) afirmando que:

> A partir dos anos 90, a Educação Ambiental brasileira abandonava o perfil inicial predominantemente conservacionista e reconhecia a dimensão social do ambiente. A partir desse momento, já não era mais possível referir-se genericamente a Educação Ambiental sem qualificá-la, ou seja, sem declarar filiação a uma opção político-pedagógica que referenciasse os saberes e as práticas educativas realizadas. (LAYRARGUES; LIMA, 2014, p.4)

O reconhecimento da dimensão social do ambiente é o caminho de entrada para a reflexão de categorias geográficas de análise como natureza, território. Optar por uma abordagem na qual as práticas educativas não tratem única e exclusivamente do conservacionismo pode apresentar um universo pedagógico multidimensional, girando entorno das relações entre indivíduo, sociedade, educação e natureza, como apontam Layrargues e Lima (2014). É nessa realidade plural que a escola do campo agrega valor ao debate.

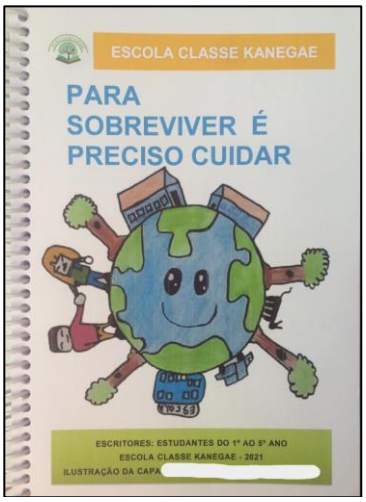
Para além da teoria, vem o desafio da práxis. Utilizar todo esse aporte teórico, que também vem sendo inserido no cotidiano de algumas educadoras da EC Kanegae através da

formação do curso Escola da Terra. Utilizar os espaços da escola para desconstruir os saberes e reinventar suas formas do educar. Educar no tempo da planta, educar no tempo do sol, educar fora dos livros.

No desafio do ensino remoto, surgiu a ideia do corpo docente de se aproximar das realidades das famílias e elaborar um material que falasse sobre conscientização ambiental, reciclagem e gêneros textuais. O projeto cresceu de forma interdisciplinar, com oficinas, encontros virtuais e, ao retornar para o ensino presencial, culminou na impressão deste material com desenhos dos próprios educandos.

Os estudantes buscaram materiais, participaram de oficinas virtuais, enviaram desenhos e atividades para que os docentes pudessem elaborar um material gráfico. Nessas oficinas falou-se acerca da importância da reciclagem, falou-se sobre os cuidados com o ambiente, mas para além do cuidado, a equipe pensava como retornar do período remoto e consolidar esses temas na rotina escolar.

Figura 1 – Capa do livro "Para sobreviver é preciso cuidar"



Fonte: Foto autoral, livro cedido pela Escola Classe Kanegae, 2021.

Além do material gráfico, a escola tem motivado os estudantes a trabalharem com horta, a realizar saídas de campo no entorno a fim de conhecer as áreas de plantio das chácaras, além dos espaços de troca de saberes com outras escolas do campo que estão cada vez mais presentes no cotidiano da escola.

Segundo relatos do corpo docente, essas práticas se intensificaram com a experiência do curso de formação continuada Escola da Terra. Neste curso, as docentes tiveram oportunidade de conhecer professores de outras unidades, mergulharam na história da construção da educação do campo no Brasil, se aproximaram da história da Escola Kanegae. O olhar mais abrangente e mais crítico para os ciclos da terra, o tempo da natureza, abriu espaço para consolidar a horta escola, projetos de relação com a terra e a (re)construção do imaginário do homem e mulher do campo. Visto que a escola também atende público urbano, e, não está localizada em área de assentamento, havia um caminho a ser percorrido para que a própria escola reconstruísse a sua identidade.

> A Educação Ambiental aponta para propostas pedagógicas centradas na tomada de consciência, mudança de atitudes e desenvolvimento de competências. [...] A teoria e a prática tratadas pela interdisciplinaridade na perspectiva da totalidade implicam a construção de ações críticas transformadoras no interior da sociedade capitalista. A prática, assim, exige reflexão teórica. Nesse contexto, a Educação Ambiental é mediadora da apropriação pelos sujeitos das qualidades e capacidades necessárias à ação transformadora responsável diante do ambiente em que vivem. (BERNARDES *et al*, 2008, p. 489)

As autoras tratam da Educação Ambiental como uma ação necessária para repensar comportamentos, e além da tomada de consciência, pode desenvolver competências que diversas áreas do conhecimento. Assim, as práticas não ficam desvinculadas das reflexões acerca da sociedade em que vivemos. O sentimento de pertencimento pode despertar nos indivíduos o interesse por respostas locais e globais para a crise que vivenciamos, como apontam Bernardes *et al*.

É sobre buscar respostas, assumir lugar de protagonismo que nos debruçamos sobre a ideia de Educação Ambiental Crítica, para Costa e Loureiro (p. 14, 2013) a interdisciplinaridade na EAC é uma prática intersubjetiva, que associa conhecimentos científicos e não-científicos, desta forma a Escola Classe Kanegae tem tido avanços no que diz respeito às práticas pedagógicas do que Costa e Loureiro considerariam como intuitivo cognitivo e sensorial, para os autores desta forma é possível a constituição do sujeito integral.

Isso tudo só é possível quando se envolve conteúdos, trabalho coletivo e organização da própria escola (Costa e Loureiro, 2013).

No que tange o Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola, reformulado em junho de 2021, ainda há lacunas que podem ser mais desenvolvidas no tocante à EA. Foi feita uma pesquisa e, apesar do PPP tratar do entorno da escola, da importância do campo, a palavra Educação Ambiental aparece apenas uma vez, já a palavra natureza aparece quatro vezes. Ainda há uma concepção lúdica da relação sociedade e natureza. De acordo com a direção, este PPP está sendo atualizado em 2022, e virá com a inserção das práticas recém inseridas, como a utilização das Diretrizes Pedagógicas da Educação Básica do Campo para a Rede Pública de Ensino do Distrito Federal. Este documento, elaborado pela Secretaria de Educação é fundamental para orientar as escolas do campo de acordo com é que previsto por lei.

São inúmeros os resultados das mudanças na rotina escolar. No segundo semestre de 2021, a escola realizou um evento para o lançamento do material apresentado acima, que contou com a participação da sociedade civil organizada, membros do sindicato, convidados externos e os educandos. No entanto, naquele período, o retorno às aulas presenciais ainda era recente, algumas práticas e atividades ainda estavam impossibilitadas. Ao retornar a escola em 2022, foi possível perceber os avanços nos discursos das docentes, o sentimento de pertencimento cada vez mais latente, a consciência da importância do papel da escola do campo na representação dos imaginários sujeitos que trabalham e lutam pela terra. Mudanças físicas na escola foram efetivadas, para que essas práticas que envolvem o campo e a Educação Ambiental fizessem parte do cotidiano.

Diariamente os estudantes regam as estações onde estão sendo feitos plantios de hortaliças, girassóis, morangos e flores. Oficinas de brinquedos com materiais recicláveis, contação de histórias sobre a relação com ambiente rural, mudas de plantas suculentas, estação de composteira para reuso dos dejetos da cozinha, são práticas recentes na escola, mas que mudaram a relação da escola com a sua identidade do campo.

Figura 2 – Portal sobre o tema do bimestre "quem planta colhe" usado também para alfabetização

Fonte: Foto autoral, portal elaborado pela escola, 2022.

Figura 3 – Estação hortaliças cuidada pelos estudantes

Fonte: Foto autoral, 2022.

Considerações finais

Esta pesquisa vem sendo desenvolvida como parte do projeto de doutorado, o contexto da pandemia trouxe muitos desafios, para as escolas do campo os entraves têm sido maiores ainda. No contexto atual onde políticas de gestão do território valorizam o agronegócio,

garimpos e outras formas de expropriação e exploração da terra, falar sobre um campo diverso; multifacetado, com especificidades culturais e educacionais é, não só urgente, como basilar para o desenvolver de seres humanos críticos.

A Educação Ambiental pode ser um caminho para consolidação de outras racionalidades. Ainda há lacunas a serem trabalhadas, principalmente no tocante ao olhar bucólico voltado aos bens naturais comuns. Leff (2001, p.262) nos lembra que "Se as ciências têm sido o meio mais eficaz para o domínio e a exploração da natureza e para o controle social na modernidade, o saber tem sido sempre, o processo que intervém nas formas simbólicas de significação e apropriação do mundo". Assim, saber e poder caminham juntos, na capitalização da biodiversidade, no uso do meio natural para fins tecnológicos e industriais. As formas como iremos nos apropriar do conhecimento traz significado ao mundo que construímos. Se nos apropriamos dele para fins coletivos, respeitando e valorizando as identidades étnico-culturais, (re)significamos as relações entre o saber e o poder. Desta maneira, o processo educativo, seja ele escolarizado ou não, tem papel fundamental na construção de uma nova racionalidade social.

Compreende-se que as escolas do campo têm um potencial para abordar diversos temas geográficos, como relação a campo e cidade, sociedade e natureza, entendendo que esses precisam ser estudados de forma integrada, híbrida. As trocas de saberes entre as escolas, bem como a formação continuada das docentes tem sido primordiais para viabilizar outras formas de (re)produção do conhecimento e (re)significação da identidade do campo.

Referências

BERNARDES, Maria Beatriz J. ; COLESANTI, Marlene Terezinha de Muno; NEHME, Valéria G. de Freitas. A Pesquisa-Ação: uma trilha para a Educação Ambiental. **GEOGRAFIA**. Rio Claro, v. 33, n. 3, p. 485-494, set./dez. 2008. Disponível em: https://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/ageteo/article/view/3144 Acesso em: 03.jun.2022.

BRANDÃO, Carlos R. **O que é educação?** São Paulo: Ed. Brasiliense, 1981.

COSTA, César A. S.; LOUREIRO, Carlos F. B. Educação Ambiental Crítica e interdisciplinaridade: a contribuição da dialética materialista na determinação conceitual.

Revista Terceiro Incluído. Goiânia, UFG, v.3, n.1, Jan./Jun., 2013, p. 1–22. Disponível em: https://www.revistas.ufg.br/teri/article/view/27316/15464 Acesso em: 08.mai.2022.

CPT. **Conflitos no campo: Brasil 2020**. Centro de Documentação Dom Tomás Balduíno. Goiânia – CPT Nacional, 2021

GALEANO, Eduardo H. **As veias abertas da América Latina**. Tradução: Sérgio Faraco. 400p., 1978 – Porto Alegre, RS: L&PM, 2015.

LAYRARGUES, Philippe P.; LIMA, Gustavo F. da C. **As macrotendências político-pedagógicas da Educação Ambiental brasileira.** In: Ambiente & Sociedade**.** São Paulo: v. XVII, n. 1, p. 23-40, jan.-mar. 2014.

LEFF, Enrique **Saber Ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder**. Trad. Lúcia M. E. Orth. 3ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2001.

_____. **Complexidade, Racionalidade Ambiental e Diálogo de Saberes**. In: Revista Educação & Realidade - UFRGS. 34(3): 17-24 set/dez 2009. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/9515 Acesso em: 01.mai.2022.

MOLINA, Mônica C.; SÁ, Laís M. Escola do Campo. **Dicionário da Educação do Campo**. Orgs.: Roseli S. Caldart *et al.*3 ed. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

PEREIRA, Paulo Victor dos Santos; VIÉGAS, Aline. Educação Ambiental Crítica e o ensino de Geografia: um caminho possível. **X EPEA – Encontro de Pesquisa em Educação Ambiental**. São Cristóvão – UFS, 2019. Disponível em: http://epea.tmp.br/epea2019_anais/pdfs/plenary/0217-1-B-01.pdf Acesso em: 08.mai.2022.

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL. **Projeto Político Pedagógico Escola Classe Kanegae**. Disponível em: https://www.educacao.df.gov.br/wp-conteudo/uploads/2021/09/ppp_ec_kanegae_riacho_fundo_nucleo_bandeirante.pdf Acesso em: 01.mai.2022.